

PREFÁCIO*

Há livros que a gente compra, incorpora alguma informação e dispensa. Há outros que a gente vai lendo com atenção e guarda, porque sabe que vai consultá-lo muitas vezes... É o caso deste livro.

Foram escolhidos catorze artigos, fruto de pesquisas que tratam fundamentalmente de infância, educação de crianças e políticas públicas, envolvendo dezenove pesquisadores de oito Institutos de Ensino Superior do Brasil e duas Universidades estrangeiras.

O nome escolhido, *Pesquisas e Pedagogias: Educação para as Diferenças*, é revelador do foco das pesquisas apresentadas, pois os textos abordam, de forma corajosa, temas que historicamente não se costuma pesquisar na Academia ou aparecem camuflados em simples recomendações pedagógicas.

As reflexões, propostas e análises de todos os capítulos exploram aspectos polêmicos e fragilizados concernentes à educação e infância neste momento no Brasil: já tivemos a antecipação de um ano do Ensino Fundamental para as crianças, agora obrigadas a serem matriculadas com 5 ou 6 anos de idade; preparação de professores para alfabetizá-las a partir da Pré-escola (PNAIC para a pré-escola), decreto sobre método de alfabetização (2019); revisão dos temas e abordagens dos livros didáticos para os 1º e 2º anos do ensino fundamental baseados em “evidências empíricas” e, agora, propostas de testes para verificar quanto e em que tempo as crianças do 1º ano leem...

Ah! E também temos propostas de *voucher* como política pública para o atendimento de crianças em creches (já aprovado em São Paulo, município mais rico da América Latina:), de *homeschooling*, sob alegação da violência escolar, de produção de livros elaborados pelo próprio Ministério de Educação, em que discutir gênero, considerar o lúdico como processo educativo, estimular a participação estudantil, formar o pensamento crítico e estimular a criatividade são crimes educacionais que devem ser combatidos!

*DOI - 10.29388/978-65-86678-02-4-0-f.13-16

Agrupados em quatro grandes temas, 1) Pensando infância, raça e etnia; 2) Infância e corporalidade; 3) Políticas públicas, lutas docentes e Educação; e 4) Contribuições afro (e) lusitanas para se pensar a Educação, as organizadoras e o organizador explicitam o critério de seleção para os capítulos, qual seja, o de colocar a educação, a política e a infância na arena da disputa política. E foram bem sucedidos!

Vejamos: Carolina Santos Barroso de Pinho considera que a pedagogia antirracista pode ser revolucionária, como estratégia para elevação do padrão cultural dos grupos oprimidos, assim como instrumento para construção de uma nova ordem social. O Babalorixá Antônio Paulino de Andrade – intelectual pouco presente em nossos livros – e Ellen Gonzaga Lima Souza, inspirados na obra de Mário de Andrade, prometem nos conduzir “de forma arlequina ensaios sobre o que seria uma paulistanidade nagô”. Interessantíssimo! Em seguida, Mariana Semião de Lima nos traz uma abordagem inovadora em relação ao poder do Hip Hop como estratégia de empoderamento de meninas negras, e nos faz pensar a respeito das alternativas populares de sobrevivência na sociedade excludente brasileira.

O bloco II, mais uma vez, traz um texto com uma abordagem inusual nas pesquisas acadêmicas: Alik Wunder apresenta a infância yudjá, a partir da análise do filme *Waapa*, e nos provoca a repensar alguns conceitos e práticas de educação indígena em relação à nossa educação homogeneizada de e para brancos. Isabella Brunini Simões Padula e Vivian Colella Esteves nos propõem a discussão de como os corpos não estereotipados na Educação Infantil resistem e se misturam com as categorias de classe e raça. Encerrando esse bloco, Aline Rodrigues Santos, Elisabete dos Santos Freire, Isabel Porto Filgueiras e Thayse Polidoro João trazem a Educação Física, sempre pouco valorizada como disciplina escolar – aquela que “não tem nota” –, para nos demonstrar a experiência de construção de um currículo com a participação das crianças, tendo como resultado um ambiente escolar de relações mais democráticas e solidárias.

O bloco III inicia-se com artigo de Artur Oriel Pereira, que nos conta, a partir da greve de professores de uma rede municipal, avanços

e recuos de famílias e crianças nesses processos e como o governo reage frente às reivindicações trabalhistas e de melhores condições de trabalho. Maria Aparecida Guedes Monção nos alerta no tocante à falta de diálogo e os conflitos nos espaços coletivos e de reunião entre familiares e educadoras da Educação Infantil, em que, quase sempre, os pais assumem uma atitude passiva com pouca participação. Em seguida, Nélia Aparecida da Silva Cavalcante nos mostra o processo de privatização da Educação Infantil na cidade de Campinas – maior renda *per capita* do país –, implementando o programa “Naves–Mães”, iniciativa que privilegia as parcerias público–privadas para o atendimento em Educação Infantil.

Fabiana Oliveira Canavieira questiona até que ponto a centralidade das crianças se articula ou não a práticas pedagógicas, defendendo que a ressignificação do debate sobre democracia e educação se inicie na Educação Infantil. Adriana Alves Silva, por sua vez, nos faz interessantes sugestões para uma Educação Infantil sob a perspectiva da práxis feminista, que pressupõe a divisão sexual do trabalho, a conscientização e luta das mulheres. Vanderlete Pereira da Silva nos traz uma segunda abordagem da Educação indígena, agora com as manua-ras, que vivem em zonas urbanas e como, apesar da legislação que os protegem, vivem à margem de qualquer direito de preservação de suas origens étnicas.

O bloco IV traz duas importantes contribuições; a primeira, de Catarina Furtado–Fernandes–Delagado, acerca da trajetória da Educação Pré–escolar em Cabo Verde, alertando–nos de como conhecemos muito pouco a respeito da Educação Infantil africana. O segundo texto, de Ana Kátia Alves dos Santos e Fernando Ilídio Ferreira, traz uma análise sobre as crianças em situação de risco e perigo social, comparando direitos legais estabelecidos no Brasil e em Portugal. Em ambos textos, mesmo com os avanços, as conclusões não são animadoras acerca da implementação desses direitos.

Como se pode constatar, é um trabalho de fôlego acadêmico, que evidencia a multiplicidade de aspectos que a educação e a educação da infância exigem das/os educadoras/es e das políticas públicas.

São denúncias e propostas de solução muito inovadoras, mas que... incomodam os acomodados.

Parabéns à Ana Lúcia Goulart de Faria, ao Alex Barreiro e à Nélia Aparecida da Silva Cavalcante pela iniciativa!!

Ousar publicar, em 2020, um livro como esse, requer coragem e desejo de contribuir com os processos de resistências na defesa de uma educação pública, laica, gratuita, de qualidade, que respeite as diversidades e decolonial. Este livro traz também importantes propostas para garantir uma luz no fim do túnel, quando ciência, pesquisa e desvelar/revelar a realidade brasileira de desigualdades socioeconômicas e tratamentos desiguais podem ser considerados “subversivos”...

Portanto, a urgência é essa: corra para adquiri-lo e lê-lo, pois ele pode ser proibido! Você aprenderá e se inspirará muito com ele! E se sentirá melhor, educador e educadora, com ideias e propostas para ousar resistir e propor inovações a favor das crianças!

Lisete Regina Gomes Arelaro
Fevereiro de 2020